

Índice

Tendências que melhoram a sociedade.....	1
--	---

Tendências que melhoram a sociedade

A construção de uma cultura mais humana é, simultaneamente, um empenho progressista e conservador. Por um lado, convida a receber como uma bênção os frutos mais valiosos da modernidade. Por outro, não receia reelaborar as tendências que lhe parecem suscetíveis de melhoria, para conservar o que ao longo da História mostrou uma eficácia humanizadora.

“O senhor tem uma das mentes mais agudas do século XIII”. Esta ofensa dirigida a um conservador do século XX – que a recebeu como um elogio imerecido –, sintetiza bem um dos tiques do progressismo contemporâneo: a presunção de que um relógio ou um calendário serve para determinar a validade de um argumento.

De acordo com esta mentalidade, que Peter Kreeft designa por “[snobismo da cronologia](#)” – na expressão de C.S. Lewis –, uma ideia ou um hábito social de há séculos deveria dar lugar de forma automática a outro mais recente. Para os que pensam assim, diz Kreeft, o progresso não é outra coisa a não ser mudança. E a mudança leva necessariamente ao progresso. Ignoram que progredir é “mudar numa determinada direção, mudar para melhor”.

No erro oposto cai o tradicionalismo, que identifica “o novo com o falso, e o antigo com o verdadeiro”. Para estes, a novidade é sempre uma ameaça, quando não uma agressão direta ao próprio estilo de vida. Também aqui a cronologia é quem manda, a qual glorifica o passado e julga indigno dele o momento histórico presente.

Para que o progresso valha a pena

Contra os maximalismos que abençoam ou condenam em bloco a mudança social, Bento XVI propôs refletir sobre “os critérios que devemos encontrar para que o progresso seja realmente progresso”. Se a Idade Moderna construiu este conceito com as categorias de conhecimento e poder, explicava em “[Luz do Mundo](#)”, hoje faz falta “uma perspetiva essencial: o aspeto do bem. Trata-se da pergunta: o que é bom? Para onde o conhecimento deve guiar o poder?”.

A pergunta sobre a dimensão ética do progresso evita que o mitifiquemos e que, por falta de escrutínio, degenerem num processo destrutivo. Além disso, prosseguia Bento XVI, este enfoque reflexivo permite descobrir “muitos temas em que, digamos assim, a moralidade combina com a modernidade”. Juntamente com aspetos negativos, a modernidade também “inclui grandes valores morais, que provêm justamente do cristianismo (...). Quando são defendidos – e o Papa tem de os defender – há consenso em âmbitos amplos”. E dava como exemplos a luta a favor dos direitos humanos, da paz, da liberdade ou o cuidado pelo meio ambiente.

Nestes e em muitos outros assuntos, a Igreja deseja ajudar a partir da sua própria identidade. Assim, Bento XVI destacava a contribuição que a Igreja podia dar para que a nova sensibilidade ecológica se traduzisse “numa disposição para a renúncia que seja concreta” e leve a modificar os estilos de vida. Isso dificilmente pode consegui-lo a política. Mas poderá fazê-lo “uma instância que toque a consciência, que esteja próxima da pessoa individual e que não se limite a convocar manifestações de grande aparato”, mas a inculcar “atitudes fundamentais”.

Discernir o bom

É evidente que também haverá desacordos. A pergunta então é: “Aonde a fé tem de assumir as formas e figuras da modernidade e aonde tem de oferecer resistência?”. Para Bento XVI, “o importante é que tentemos viver e pensar o cristianismo de tal maneira que assuma em si a boa, a correta modernidade, e que, ao mesmo tempo, se afaste e distinga do que se converteu numa contra-religião”.

Isto exige dos leigos “um forte sentido crítico perante a cultura dominante” e “coragem para combater um secularismo redutor” que pretende excluí-los da vida pública, como [sublinhou](#) noutra ocasião.

Mas esse sentido crítico relativamente às opiniões que estão na moda, [também pedido com insistência](#) por João Paulo II, não significa manter uma atitude de permanente confronto com a cultura contemporânea. Mais, esclarecia o Papa polaco, é um convite para seguir a exortação de São Paulo: “Examinem tudo e fiquem com o que é bom” (1 Ts 5, 21).

O Papa Francisco convida igualmente, com frequência, a discernir os sinais dos tempos. E embora tenda a censurar com firmeza os excessos da sociedade atual – desde o “cancro da corrupção” até à “globalização da indiferença” para com os que sofrem, passando pela “cultura da rejeição” dos não nascidos, dos idosos e das pessoas com deficiência –, também pede criatividade aos cristãos para que não renunciem “ao bem possível” no momento histórico concreto que lhes tocou viver, “ainda que corra[m] o risco de se sujarem com a lama do caminho” (“[Evangelii Gaudium](#)”, n. 45).

Poder-se-ia dizer que o realismo dos três últimos pontífices os leva a evitar tanto a nostalgia por uma suposta época dourada da Igreja, como um idealismo utópico, incapaz de ver algo de bom nas tendências que trouxe a modernidade, somente por não coincidirem a 100 % com a doutrina católica.

Um caminho necessário

Um exemplo eloquente é o elogio que fez João Paulo II ao movimento de defesa da dignidade e dos direitos sociais, económicos e políticos das mulheres. “Como expus na Mensagem para a Jornada Mundial da Paz deste ano [1995]”, dizia na sua “[Carta às mulheres](#)”, “olhando para este grande processo de libertação da mulher, pode-se dizer que ‘foi um caminho difícil e complicado e, por vezes, não isento de erros, embora substancialmente positivo’ (...) É necessário continuar neste caminho!”

Este reconhecimento não o inibiu de corrigir, ao mesmo tempo, aqueles aspetos do feminismo que considerava prejudiciais, como as tentativas de enquadrar as relações entre ambos os sexos no igualitarismo ou no conflito. Nem o privou de pedir a superação de uma abordagem centrada na denúncia – necessária, mas insuficiente – por “um eficaz e esclarecido *projeto de promoção*, que contemple todos os âmbitos da vida feminina, a partir de uma *renovada e universal tomada de consciência da dignidade da mulher*”.

Entre outras coisas, esse projeto aspiraria integrar o que, muitas vezes, se apresenta como falsos dilemas. E assim, João Paulo II recordava que a “plena inserção [das mulheres] na vida social, política e económica” exigia melhorar a situação das que são mães. E considerava compatíveis “a *efetiva igualdade*” de direitos (n. 4) com “*uma certa diversidade de papéis*”, desde que isso não fosse fruto de imposições arbitrárias, nem uma desculpa para justificar desvantagens para as mulheres (n. 11).

Como se vê, entre a sua atitude – de manifesto apreço, no essencial – e a dos que se opõem ao feminismo existe um abismo. Certamente por isso, não é tão estranha a coincidência entre a Igreja e o feminismo quando se deparam perante práticas como a [prostituição, as barrigas de aluguer ou a pornografia](#) (“Aceprensa”, 28.4.2020). Ou quando João Paulo II, adiantando-se ao *Me Too*, denunciava “as formas de *violência sexual* que muitas vezes têm por objeto as mulheres”, assim como “uma cultura de permissivismo hedonístico, em que prosperam também mais facilmente tendências de machismo agressivo” e o aborto (n. 5).

Ganhar ao pai em casa

Haverá sempre os que veem o ambientalismo e o feminismo como as armadilhas que o politicamente correto exige fazer pagar a todos para serem aceites na sociedade. Contudo, igualmente devem poder ser encaradas como duas correntes que conseguiram impor no espírito da época hábitos sociais necessários.

Foi também o que ocorreu com o novo ideal de paternidade. Durante muito tempo, a crença normalmente aceite no Ocidente era que tanto o pai como a mãe eram necessários na família. Mas a verdade é que, até os homens terem começado a dedicar [mais horas e de forma mais afetuosa](#) aos cuidados para com os filhos, o pai tendia a ser uma figura longínqua (“Aceprensa”, 20.9.2012).

Ao mesmo tempo, tem vindo a crescer o apreço na sociedade pelos cuidados familiares não remunerados. Como [saliava](#) a socióloga María Ángeles Durán, organizações como a OIT e a OCDE “introduziram o trabalho dos cuidados na sua agenda”. E começaram a interessar-se “em estimar o valor dos cuidados produzidos e os custos da sua substituição”. E mais: o reconhecimento social do trabalho no lar começa a ser visto como um

sinal de progresso: “Merecerá o nome de riqueza ou desenvolvimento”, perguntava Durán, “um crescimento que destrua os cuidados ou marginalize as pessoas que prestam esses cuidados?”.

Na mesma linha se observa o alargamento das licenças remuneradas por maternidade e paternidade, os desagravamentos fiscais por filho ou as prestações familiares, que traduzem em ajuda económica esse reconhecimento.

Ficam por resolver importantes assuntos, como a melhoria [da situação real](#) das mulheres que querem ser mães sem renunciar à sua carreira profissional (“Aceprensa”, 3.12.2018). Ou um problema criado pela modernidade tardia: como compatibilizar o novo ideal de corresponsabilidade nos cuidados para com os filhos, juntamente à promoção de certos estilos de vida que excluem essa opção de partida, como acontece nos casais do mesmo sexo, ou a maternidade a sós por escolha. O que revela que, por muita diversidade familiar que possa existir na prática, no final, uma sociedade tem de tomar partido por uma [melhor forma de família](#), ou pelas suas alternativas (“Aceprensa”, 8.11.2017).

Mas, em termos gerais, continua a ser verdade que as gerações mais jovens irão crescer com um novo ideal em mente: por último, o desejável socialmente é que os filhos beneficiem do modo de ser e fazer tanto da mãe como do pai, embora estes distribuam entre eles os cuidados do modo que lhes parecer melhor ou lhes for possível.

Sociedades mais familiares

Se a integração do homem nos cuidados familiares conseguiu que a riqueza do masculino se torne mais presente no lar, o protagonismo das mulheres num número cada vez maior de âmbitos da vida, veio multiplicar o talento feminino presente na sociedade.

Nenhum dos dois processos esteve livre de tensões; pensemos, por exemplo, na sobrecarga de trabalho que hoje recai sobre muitas mulheres. Mas o reequilíbrio de ambos os sexos nas esferas pública e privada dispõe-nos melhor como sociedade para realizar a afirmação de João Paulo II: “Só graças à dualidade do ‘masculino’ e do ‘feminino’, é que o ‘humano’ se realiza plenamente”.

Como eram as coisas antes? Embora não faltassem os que defendiam que as sociedades prosperam graças à soma dos talentos feminino e masculino, na prática, os contributos das mulheres ficavam relegados para o âmbito doméstico, por muito que se dissesse que a partir daí irradiavam para o resto da sociedade. O resultado foi o desenho de um espaço público com regras de jogo à medida dos homens.

A antiga secretária de estado norueguesa dos Negócios Estrangeiros, Janne Haaland Matlary, casada e mãe de quatro filhos, alertou para este problema no seu livro [“El tiempo de las mujeres”](#). Por um lado, lamentava que, apesar de cada vez ser maior a percentagem de mulheres que trabalham fora de casa, “a vida profissional continua a estar organizada como se as mulheres não fossem mães”, nem os pais tivessem obrigações familiares. Por outro lado, reprovava ao feminismo igualitário que em vez de se ter preocupado em corrigir esta situação com medidas de conciliação entre família e trabalho, se haja limitado a “demonstrar que as mulheres podiam trabalhar de igual modo que os homens”. O que levou muitas mulheres a aceitar “os termos impostos por eles na vida profissional”.

Mais do que a falta de paridade nos cargos diretivos, o ponto fulcral é que o mundo empresarial virou as costas em grande parte a uma realidade essencial: que as pessoas são seres familiares. Por isso, são tão interessantes as [propostas feitas por](#) Ashleen Menchaca-Bagnulo, professora de ciências políticas na Universidade Estadual do Texas, para que os lugares de trabalho deem facilidades tanto aos homens como às mulheres, nos seus papéis de cuidados familiares (“Aceprensa”, 18.10.2019).

Mudar a organização laboral é certamente a forma mais realista de favorecer outras tendências sociais decididamente progressistas, como o fomento da natalidade ou os cuidados para com os familiares dependentes. Mas como se vai conseguir estes avanços num mundo laboral que cada vez solicita um maior ritmo de produção?

Um novo salto de época

Se admitimos que hoje o progresso social passa por termos mais filhos, para que pais e mães possam dedicar-lhes mais tempo, para que os nossos idosos sejam melhor atendidos e fiquem menos sozinhos, devemos perguntar-nos como vamos obter tudo isto se o trabalho açambarca a melhor parte do tempo e das energias. Se somente interessa produzir, como vamos assumir os cuidados?

Mudanças deste calibre são as que permitem falar de um verdadeiro progresso, de um salto de época para melhor. É o que fez o Iluminismo com o Antigo Regime: dar a volta a uma organização estamental da sociedade, para entregar o protagonismo a uma ampla classe média que foi ganhando direitos até se converter numa sociedade de cidadãos livres.

Já se sabe que, pelo caminho, houve de tudo. E o mesmo acontece no âmbito das transformações culturais, que poucas vezes costumam ser unívocas. O habitual é que aquilo que é tomado por progresso numa determinada época, inclua aspetos positivos e negativos.

Por isso, perante um fenómeno com visível atração na sociedade é útil perguntar onde estará a sua capacidade de atrair; a que necessidades humanas responderá; que sede – que aspirações – procura saciar. Esta atitude aberta capacita-nos melhor perante essas mudanças do que o lamento, e permite descobrir qual pode ser a contribuição de cada um para esse progresso em construção.

J. M.